
“Meninos Vestem Azul e Meninas Vestem Rosa”: Antifeminismo e religião no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos¹

Bhryan Gama BARBOSA²
Danyelle Alves da PAIXÃO³
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo: A representação feminina na política sempre foi uma pauta a ser reivindicada. Contudo, após as eleições de 2018, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro, mulheres que partem do viés ideológico conservador têm conseguido mais espaço, como Damares Alves. Partindo desse contexto, este artigo tem como objetivo fazer um breve panorama da atuação da ministra, refletir e analisar de forma crítica em relação a sua atuação no ministério. Como *corpus*, foi realizada uma seleção de entrevistas e cultos de forma temática. A abordagem metodológica está amparada em uma abordagem qualitativa, baseada nos estudos da análise de discurso de linha francesa, como Orlandi (2020). Após a investigação, constatamos que sua atuação no ministério é calcada em bases conceituais antifeministas e religiosas que modelam a (in) ação do ministério sobre questões referentes a mulheres e a população LGBTQIA.

Palavras-chaves: discurso; direitos; religião; gênero; representação;

INTRODUÇÃO

O “sexo”⁴ não é necessariamente um estreante no jogo político, suas nuances (entre possibilidades e restrições) possuem um histórico de adesões em discursos que se entrelaçam com seu contexto sociopolítico. Políticas públicas voltadas para comportamentos sexuais e normatizações de gênero propiciam fortes indícios sobre o estado das instituições democráticas de um determinado país.

Fazemos aqui a ressalva de que o debate acerca do sexo/gênero carrega na premissa de sua discussão um caráter político, no entanto, em determinadas condições sociais essas questões são “mais intensamente contestadas e mais abertamente politizadas” (RUBIN, 1989). Podemos perceber em regimes políticos de caráter autoritário uma especial preocupação em regular aspectos da vida privada de seus cidadãos (QUINALHA, 2017).

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Religiões, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: bhryan.gama@ufpe.br

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: danyellealves_p@hotmail.com

⁴ Utilizamos o termo para retratarmos disputas no espectro político em relação organização sexual social, ou seja, o termo sexo refere-se aqui a pautas voltadas para a luta por direitos LGBTQIA e a demandas feministas, assim como grupos conservadores que se contrapõem a estas pautas.

A perseguição a sexualidades dissidentes têm em território brasileiro, o bolsonarismo como seu baluarte. Esse movimento ideológico pode ser entendido como um “movimento social fascista num regime democrático” (BOITO JR, 2020, p.111), que vê em seu líder Jair Messias Bolsonaro (e seus filhos) um símbolo do combate ao comunismo, na luta pela família, pela nação, e os valores cristãos.

O Bolsonarismo se constrói em um contexto que razões externas e internas pavimentam seu caminho: no âmbito externo temos o fortalecimento da extrema-direita no jogo político internacional (Donald Trump nos EUA, Marine Le Pen na França para citar alguns exemplos); Já internamente, o sentimento de indignação contra casos de corrupção apresentados pela operação Lava-Jato (e reiterados pela mídia) é catalisado por esta ascendente extrema-direita brasileira.

A falta de apreço pelo estado laico e a pauta dos “costumes” são outros aspectos apresentados pelo Bolsonarismo, assim como religião e antifeminismo que andam de mãos dadas em seu discurso. Partindo do contexto exposto, podemos identificar diversas representantes públicas que defendem tais ideais, como Damares Alves.

Advogada e pastora, Damares Alves, acompanhada por Tereza Cristina (Ministra da Agricultura), está entre o grupo de 22 ministros do governo Bolsonaro, sendo ambas as únicas representantes femininas. Em 2019, segundo pesquisa Datafolha sobre avaliação do atual governo Bolsonaro, Damares Alves foi considerada a segunda ministra mais bem avaliada⁵ do governo na frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), antigo Ministério dos Direitos Humanos, ficando atrás apenas do antigo ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Diante desse cenário, buscamos a elaboração de um breve panorama sobre a atuação da ministra, refletir e analisar de forma crítica a liderança de Damares frente ao ministério. Como *corpus*, foi realizada a seleção das entrevistas e cultos: “Infância Protegida”(2016) e “NALATA com Damares Alves” (2019), no qual poderemos analisar por meio da metodologia da análise de discurso de linha francesa (Orlandi, 2020).

⁵ Informação disponível em: <<http://glo.bo/3d78lRK>>. Acesso em: 10 ago 2021.

1. “Chegou o momento de a igreja governar”⁶: A ascensão político-religiosa no Brasil e seus desdobramentos

A metade final do século XX trouxe para a esfera pública um antigo agente político que setores acadêmicos pensavam estar “ultrapassado”: Deus. O crescimento religioso nesse período reconfigurou o mapa político internacional, já que esta população ascendente se mostra cada vez mais ativa em apresentar proposições de políticas públicas alinhadas com seus valores religiosos.

Esse processo de fortalecimento religioso (MARIANO, 2011) atinge com força o Brasil, trazendo questões que atingem o próprio cerne da laicidade do estado brasileiro, questões como representação política, religiosa, proteção a religiões minoritárias (indígenas, afro-brasileiras, espíritas) e a própria configuração do Currículo Escolar.

Nesse contexto temos o gênesis da “bancada evangélica” ou “bancada da bíblia”, conjunto de parlamentares eleitos que constroem sua imagem política associadas a símbolos religiosos cristãos, e buscam dentro das câmaras legislativas articularem projetos aliados com valores cristãos. Um exemplo desse processo se dá na composição do partido Republicanos (antigo PRB), partido fortemente ligado à Igreja Universal do Reino de Deus⁷.

Esse movimento de consolidação da “bancada evangélica”, que se inicia nas eleições de 1982, se estendeu às próximas eleições, chegando em 2019 (com os representantes eleitos nas eleições do ano anterior) a 91 representantes, sendo composta por 84 deputados e 7 senadores⁸. Para termos de comparação, essa mesma bancada possui na legislatura anterior (2015-2019) 75 deputados e 3 senadores, número já superior à eleição predecessora que tinha eleito 70 deputados da bancada e 3 senadores.

A inserção religiosa na política brasileira adiciona novos ingredientes ao nosso quadro de debates públicos, algumas questões já citadas como a validade de representação político religiosa em um estado laico, e a sobrevivência de religiões menos expressivas em meio a este processo. No entanto, o enfoque de nosso artigo se dá em relação a políticas voltadas para a regulação da sexualidade e de gênero, dessa

⁶ Trecho retirado da pregação da ministra Damares Alves na Igreja da Batista da Lagoinha em Belo Horizonte. Disponível em: <<https://bit.ly/2zMj5P8>>. Acesso em: 26 ago 2021.

⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/3oTHk75>>. Acesso em 07 ago 2021.

⁸ Disponível em: <<https://bit.ly/3vJkFy1>>. Acesso em 07 ago 2021.

forma, compreendemos que a ocupação religiosa de espaços políticos apresenta tentativas de retrocessos em direitos voltados a mulheres e a população LGBT.

Uma questão que se encontra no cerne desse imbróglio, diz respeito à própria concepção de Estado Democrático e suas atribuições. Podemos perceber dentro do movimento político-religioso integrante ao Bolsonarismo uma noção de “democracia majoritarista”, ou seja, o estado tem como função embasar suas ações em consonância com a vontade da “maioria”. Essa concepção se materializa no discurso de Bolsonaro em 2017 no qual afirma: “As leis devem existir para defender as maiorias. As minorias se adequam, ou simplesmente desaparecem”⁹.

A argumentação centrando suas bases na força da “maioria” visa apresentar uma roupagem democrática às aspirações autoritárias bolsonaristas, já que formula seus interesses respaldados em um suposto “apoio das massas”. Esse movimento encontra na religiosidade brasileira, e sua composição dominada por cristãos (católicos e evangélicos) sua principal estratégia discursiva de mobilização política. A religião é o molde escolhido para dar forma ao “povo brasileiro” apresentado de forma abstrata pelo Bolsonarismo.

Dentro desta perspectiva, o Estado deve se alinhar aos valores cristãos e a Constituição se apresentar como uma extensão dos Escritos Sagrados (Bíblia). Essa concepção ideológica colide frontalmente com a existência de grupos que não se encaixam dentro desses valores ou sejam por eles subalternizados. Não é por coincidência que os direitos de mulheres e LGBT’S tornam-se elemento forte de disputa política dentro deste cenário.

A Igreja preocupava-se que com o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos o caminho estivesse aberto para o reconhecimento internacional do aborto, ataques à maternidade tradicional e uma legitimação da homossexualidade (PATERNOTTE, KUHAR, 2018, p. 511). Dessa forma, encabeçados por lideranças episcopais como Josef Ratzinger (Papa Bento XVI) se constrói dentro da Igreja Católica uma contra-ofensiva a esta política sexual “nociva”. Em um primeiro momento

⁹ Trecho retirado do discurso de Jair Messias Bolsonaro de 2017 em Campina Grande. Disponível em: <<https://bit.ly/3zVP0vR>>. Acesso em 09 ago 2021.

a Igreja manteve seu discurso antigênero¹⁰ dentro de sua comunidade, porém, suas ideias se ramificaram para além dos muros do Vaticano.

Obtendo êxito em sua estratégia, defensores da “família” e dos “bons costumes” conseguem emplacar o termo ideologia de gênero no debate político brasileiro no início dos anos 2010. O termo ganha uma especial atenção em discussões pautadas no poder legislativo acerca do ensino de gênero e diversidade sexual nas escolas (Escola Sem Partido).

O termo ideologia de gênero, por sua própria premissa conceitual, apresenta-se de forma vaga em suas definições, já que sua utilização calca-se mais em desinformar o debate público acerca dos estudos de gênero e políticas sexuais advindas de pautas feministas, buscando abarcar dentro de seus múltiplos significados insatisfações de setores conservadores da sociedade que visam o restabelecimento da ordem sexual tradicional (SILVA, 2019, p.18).

Rogério Diniz Junqueira (2018) define o conceito de ideologia de gênero enquanto:

Um artefato discursivo que, enquanto significante vazio (Laclau, 2011), pode atuar como um ponto nodal (Laclau & Mouffe, 2010)) capaz de atrair e aglutinar diversos interesses e demandas, articular atores dispersos e, entre inúmeros significados ou cadeias de significados, incorporar e ajustar diferentes sentidos, estabelecendo, mesmo que provisoriamente, uma significação que proporciona uma identidade comum aos envolvidos e uma aparente coerência ao vozerio cacofônico. (JUNQUEIRA, 2018, p.487)

Dessa forma, a utilização do conceito ideologia de gênero representa uma estratégia de mobilização política com bases morais e religiosas, que intenciona construir um inimigo ao qual pode-se canalizar frustrações políticas consequentes de avanços sociais referentes a direitos conquistados por mulheres e pela população LGBTQIA como o reconhecimento da união estável de casais do mesmo sexo, aprovado pelo STF em 2011, e a criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, aprovado pela corte em 2019.

Na contramão de um possível progresso, seguindo caminhos mais conservadores, uma figura pública chama atenção a atual Ministra, Damara Alves. Para

¹⁰ Termo utilizado para caracterizar grupos políticos que se contrapõem a área acadêmica de Estudos de Gênero e ao movimento feminista, de forma que também utilizamos o termo “antifeminismo” para referirmo-nos a este grupo.

ela, na sociedade, existem os "ideólogos de gênero", termo no qual utiliza para nomear pesquisadores e ativistas que problematizam sobre as questões de gênero. Ela explica que esses indivíduos entraram em guerra com a instância religiosa, como menciona:

Não vai conseguir se a gente separar essa nação em segmento, brigando contra o outro o que aconteceu nos últimos anos. Os ativistas LGBTQIA brigando contra os Cristãos, não é assim que a gente vai avançar, os ativistas LGBTQIA brigando contra todo Mundo. Não é assim e é o que eu quero. (Damares Alves em entrevista ao canal do *youtube* Na Lata , no dia 03 de junho de 2019)

Diante disso, podemos refletir que esses indivíduos nomeados como “ideólogos”, não reivindicam apenas direitos, mas também representatividade em espaços públicos. Damares sendo um sujeito feminino poderia se encaixar nessa lacuna, no entanto, devemos nos questionar se a representatividade é suficiente e que tipo de representações femininas temos em frente a estes espaços de poder.

2. Análise crítica de uma ministra pastora, Damares Alves

Mayra Goulart(2021) explica que a representatividade é dividida entre dois tipos, a descritiva e a substantiva. A primeira é voltada ao espaço ocupado por uma mulher, sendo assim, basta o corpo feminino ocupar um espaço majoritariamente masculino, já a segunda é uma representação que envolve interesses das mulheres eleitas. Temos nessa chave de leitura a ferramenta de análise sobre a atuação política da ministra Damares Alves, tipificada na representatividade descritiva.

Nossas meninas e os meninos estão entre os bens mais preciosos da nação e neste governo menina será princesa e menino será a príncipe. Está dado o recado! Ninguém vai nos impedir (...) de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipe. (Damares Alves no seu discurso de Cerimônia de cargo à Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, no dia 15 de janeiro de 2019)

Damares Alves nos dá em seu discurso um prelúdio sobre sua gestão à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), contudo, antes de aprofundarmos na efetividade que Damares Alves vem realizando desde de sua posse em 2019, precisamos compreender o que realiza esse ministério e entender porque posicioná-la para o cargo é tático.

Os direitos humanos são direitos e garantias que nos são dadas para viver uma vida digna. Dentre esses direitos devemos ter acesso à educação, à saúde e à igualdade

de gênero. Para implementar leis, promover e assegurar esses direitos é necessário um órgão, sendo assim, em 1997, foi instituído a Secretaria de Direitos Humanos¹¹ pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas foi em 2015 que a pasta dos Direitos Humanos foi unificada com as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres em uma reforma realizada por Dilma Rousseff, formando o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH)¹² extinto em 2016, com a posse de Michel Temer, que ocupou o cargo de presidente interino, após o *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff. No entanto, em 2017 o ministério foi recriado, com o nome de Ministério dos Direitos Humanos.

As eleições de 2018 mostraram novos rumos para esse Ministério, e com a posse do governo Bolsonaro nasce o atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)¹³. Com o processo de reorganização do Ministério novas pastas foram criadas¹⁴, a construção das secretarias pertencentes ao MMFDH possui uma conexão entre os objetivos destas pastas, elas perpassam o âmbito do cuidado, “a associação convencional entre mulher e o cuidado repercute fortemente na ação no campo político, fazendo com que elas se dirijam de maneira prioritária para questões vinculadas à assistência social, família ou educação” (MIGUEL, 2014,p.106).

O ideário em torno da instituição familiar foi pauta recorrente nas eleições de 2018, debate incorporado a campanha de Bolsonaro como nos mostra Martins, Santos e Diniz (2020) em pesquisa sobre “A Política Da Violência Contra a Mulher da Ministra Damares Alves” explica que ao concorrer à presidência em 2018, Bolsonaro apresentou uma proposta de plano de governo que possuía 81 páginas com citação Bíblica e o lema: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Na proposta garantia “um plano de integridade da família, da propriedade privada e liberdade, libertando o país de toda a corrupção, mentira, do marxismo cultural e principalmente do Partido dos

¹¹ Disponível em: <<https://bit.ly/3BL5JU4>>. Acesso 13 ago 2021.

¹² Idem 28.

¹³ O novo ministério agrega as seguintes secretarias: secretaria-Executiva; Secretaria Nacional da Família; Secretaria Nacional da Juventude; Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres; Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; Secretaria Nacional de Proteção Global; Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

¹⁴ Novas pastas como a Secretaria Nacional da Família que visa defender a valorização da vida e o equilíbrio familiar, a Secretaria Nacional da Juventude que busca promover pesquisas para propor melhores políticas para os jovens brasileiros.

Trabalhadores (PT)” (MARTINS; SANTOS; DINIZ, 2020, p.128). A multiplicidade discursiva (ORLANDI, 2020) apresentada no trecho acima manifesta elementos constitutivos da construção ideológica governamental, dentre eles o anticomunismo, antipetismo e a relação entre os campos político e religioso.

Ao vencer as eleições, o MMFDH se apresentava como um ponto chave para a execução da política sexual propagada por Bolsonaro em sua campanha. Damares Alves com seu histórico conservador e antifeminista preenche os requisitos exigidos pela gestão:

Eu tenho posições fortes com relação à ideologia de gênero (...) Os ideólogos de gênero usaram os movimentos LGBT para implantar a ideologia de gênero e essa ideologia também não é boa para o movimento gay. Porque a ideologia de gênero vem com a premissa que ninguém nasce homem, ninguém nasce mulher que é uma construção social. Eu não nasci mulher? Eu sou uma construção social? (Damares Alves em entrevista ao canal do *youtube* Na Lata , no dia 03 de junho de 2019)¹⁵

Em seu discurso de posse Damares Alves trouxe em sua fala uma breve apresentação de seu trajeto:

Quero falar de mim, quero falar um pouco de mim e meu sonho para esse ministério. Sou mulher, nasci mulher, sou mãe adotiva, sou cristã, nasci no Paraná, estudei em São paulo, segui para o nordeste (...) Vivia dupla jornada como muitas das mulheres no Brasil, boa parte da vida tripla, durante as faculdades de pedagogia, direito e os cursos de especialização. Trago a experiência de mais de 30 anos na luta pelos direitos humanos, já dormi na rua para proteger meninas e meninos de rua (...) Conheço de perto a luta dos povos indígenas. Sou mãe de uma menina indígena (...) Minha crença virou chacota e motivo de risada, tanto nas redes sociais como pessoalmente, inclusive, por grandes intelectuais, parlamentares e líderes de partidos. (Damares Alves no seu discurso de Cerimônia de cargo à Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, no dia 15 de janeiro de 2019)

Compreendendo que “é na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos” (ORLANDI, 2020, p.36). No breve trecho acima, podemos observar Damares transbordar suas raízes religiosas pautando seu primeiro discurso como ministra no formato de um testemunho, característica marcante de cultos evangélicos,

Pastora, advogada, mãe, educadora e ativista. Ela consegue transitar em diversas áreas, como no meio jurídico, ocupando o cargo de diretora de Assuntos

¹⁵ Informações retiradas da entrevista com Damares Alves em entrevista ao canal do *youtube* Na Lata , no dia 03 de junho de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3BG5t8L>>. Acesso em: 12 ago 2021.

Legislativos¹⁶ no Conselho Diretivo Nacional da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE), uma entidade que "busca ser uma voz representativa do meio jurídico evangélico nos fóruns de discussões públicas da sociedade"¹⁷. A associação explica que "estimulará e fortalecerá as associações de cristãos nos diversos âmbitos profissionais, como psicólogos, educadores, cientistas e médicos"¹⁸.

Salientamos que a associação é dirigida por líderes de igrejas protestante, principalmente a "Presbiteriana, a Batista e a Metodista que atuam nos bastidores não por cargos mais cobiçados, onde está o dinheiro, mas por cargos jurídicos nos quais valores morais são disputados, como é o caso da Defensoria Pública da União (DPU), a Procuradoria-Geral da República (PGR), a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Supremo Tribunal Federal (STF)."¹⁹

Dameres Alves também atuou como assessora parlamentar entre os anos de 2014 a 2018, no "gabinete do senador Magno Malta, onde desempenhou papel fundamental na CPI dos Maus-tratos. Antes de Malta, ela assessorou o deputado federal Arolde de Oliveira, nos anos de 2013 e 2014"²⁰.

No âmbito da educação viajava pelo o país dando palestras, participando de seminários e congressos. Considera-se uma ativista dos direitos humanos, pois sempre está interligada a alguma causa social, como a fundação da ONG internacional Atini – Voz Pela Vida²¹, que cuida dos direitos das crianças indígenas.

Segundo Guacira Lopes Louro (2008), vivemos em uma sociedade que possui diversas instâncias, como a família, a igreja, a mídia, as instituições legais, entre outros. A todo momento, essas instâncias estão elaborando orientações, estilos de vida, modos de como devemos viver e comportarmo-nos, a essas orientações a autora denomina como "pedagogias culturais".

Com o passar dos anos de luta e discussões, sujeitos que são tidos como diferentes da norma (homem, branco e heterossexual) tem conseguido alguns espaços, como nos meios de comunicação e até em espaços mais conservadores, como as igrejas, por exemplo. Porém, a autora argumenta que não podemos ser ingênuos e pensar que estamos caminhando de forma progressiva, já que:

¹⁶ Disponível em: <<https://bit.ly/3P1wuWY>>. Acesso em: 15 ago 2021.

¹⁷ Informações encontradas em: <<https://bit.ly/3Q3Lfd>>. Acesso em: 15 ago 2021.

¹⁸ Idem 30

¹⁹ Informações encontradas em: <<https://bit.ly/3d59Y2j>>. Acesso em: 15 ago 2021.

²⁰ Informações: <<https://bit.ly/2CVbvn4>>. Acesso em: 14 ago 2021.

²¹ Informações em: <<https://bit.ly/3BG5BoL>>. Acesso em: 15 ago 2021.

Setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física. Hoje, tal como antes, a sexualidade permanece como alvo privilegiado (LOURO, 2008, p.21).

Tendo isto como base, refletirmos como o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é uma instância do Estado que promove e assegura direitos que está cada vez mais retrocedendo, apesar de ser dirigida por uma mulher, os “humanos” com “direitos” assegurados pela pasta reduziram-se sensivelmente. Nessa direção, podemos pensar em como o Estado e seus administradores formam e naturalizam discurso religioso, ou seja, o sentido não existe em si, ele é determinado pelas ideologias que estão no processo sócio-histórico (ORLANDI, 2020), logo a atual conjuntura que relaciona religião com política e seus valores conservadores ganha legitimidade e determina o que pode e deve ser dito.

Em meio a um contexto pandêmico e de aumento de pessoas inseridas no quadro de insegurança alimentar²² (fome), uma figura tem recebido a atenção do Governo Federal: o nascituro. No dia 21 de Julho de 2021 o presidente Bolsonaro encaixou em sua agenda a assinatura de um projeto a ser enviado para análise do Congresso, o projeto versava sobre O dia do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto, que caso aprovado será comemorado na data de 8 de outubro. O projeto foi apresentado em vídeo nas redes sociais do presidente²³, no qual Bolsonaro apresenta-se ao lado de sua ministra Damares Alves que por coincidência, ou não, trajava roupas rosas.

O esforço hercúleo demonstrado pelo governo em propagandear seus feitos em relação a pasta capitaneada pela ministra Damares Alves contrasta com a pauperização sofrida pelo ministério e seu possível desaparecimento por inanição²⁴. O MMFDH, que contava com R \$673,70 milhões em renda prevista para o ano de 2020, aplicou de fato R \$333 milhões do orçamento para o ano²⁵.

Esse processo de “contenção de gastos” afeta principalmente populações historicamente violentadas, como as mulheres e a comunidade LGBTQIA. De forma não muito surpreendente, políticas voltadas para o combate a LGBTfobia não

²² Disponível em: <<http://glo.bo/3Q03noh>>. Acesso em: 16 ago 2021.

²³ Disponível em: <<https://bit.ly/3zAN6iF>>. Acesso em: 15 ago 2021.

²⁴ Disponível em: <<https://bit.ly/3Jw9bDA>>. Acesso em: 15 ago 2021.

²⁵ Disponível em: <<https://bit.ly/3dbHCDP>>. Acesso em: 15 ago 2021.

deslançaram no MMFDH sob a tutela de Damares, de maneira que a verba destinada a essa pauta caracteriza-se como escassa, ou nula. A inação do ministério de Damares frente a população LGBTQIA contrasta frontalmente com as necessidades deste público, que a cada 19 horas vê um de seus integrantes morto em solo brasileiro²⁶, sendo o Brasil o país que mais mata travestis e transexuais no mundo.

Seguindo esta marcha, as mulheres, mesmo as que se encaixam no espectro feminino aprovado por Damares e pelo ministério (mulheres de “família”), sofrem com a apatia governamental em assegurar direitos fundamentais a essa população. Como podemos ver no portal da transparência, a renda aplicada a proteção do público feminino pelo MMFDH foi de aproximadamente R\$ 2 milhões de reais em 2020, longe dos R\$ 106 milhões disponíveis, e mais longe ainda de causar algum impacto frente ao histórico brasileiro de violência contra mulheres, que viu seus números se elevarem em 2020 em cerca de 20% nas cidades brasileiras²⁷.

Associadamente ao afastamento do MMFDH das necessidades de populações minoritárias, como acima exposto, temos a aproximação deste ministério de setores evangélicos, aproximação representada em políticas do ministério e na própria composição da pasta, que apresenta em seus cargos mais importantes uma massiva ocupação de lideranças religiosas, de forma que de 46 cargos considerados estratégicos dentro do ministério, 30 são capitaneados por estas lideranças²⁸.

A parceria entre governo e religião, via MMFDH, ganhou novos capítulos com a criação de um cadastro nacional para instituições religiosas receberem verba federal, essa ação objetiva construir uma parceria entre Estado e Igreja no desenvolvimento de ações sociais.²⁹ O cadastro em questão foi apresentado pela presidência em forma de portaria no dia 27 de Janeiro de 2021, sendo seu processo aberto entre os dias 08 e 17 de Abril do mesmo ano³⁰.

Como buscamos apresentar no percurso deste artigo, este processo de redirecionamento do MMFDH e sua apatia frente a questões sociais sensíveis não ocorre de forma acidental, à pauta dos “costumes” apresenta-se como ponto fundamental a ascensão da direita conservadora brasileira. Dessa forma, o Ministério de

²⁶ Disponível em: <<https://bit.ly/3zz3e4n>>. Acesso em: 15 ago 2021.

²⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/3Q0yzUI>>. Acesso em: 15 ago 2021.

²⁸ Disponível em: <<https://bit.ly/3SsW8Hq>>. Acesso em: 15 ago 2021.

²⁹ Disponível em: <<https://bit.ly/3SwyYzF>>. Acesso em: 15 ago 2021.

³⁰ Disponível em: <<https://bit.ly/3oTMboG>>. Acesso em: 15 ago 2021.

Dameres se torna basilar no desmonte de avanços sociais referentes a direitos conquistados por mulheres e LGBT'S.

Considerações Finais

A vigilância moral enquanto política estatal conta historicamente com o respaldo de regimes fascistas , como a Alemanha nazista, que em sua política racial de superioridade ariana não contemplava homens brancos gays. A perseguição a sexualidades dissidentes no Terceiro Reich ocorreu de forma sistemática e era respaldada legalmente³¹. Com o endurecimento da perseguição alemã a homossexuais e sua respectiva captura e envio para os campos de concentração, temos um processo de aprisionamento e execução dessa população. “Em torno de 50 mil pessoas foram condenadas por serem homossexuais, sendo que 15 mil delas, marcadas pelo triângulo rosa, morreram em campos de concentração” (QUINALHA, 2017, p.20).

O “triângulo rosa”, citado no trecho acima, foi o símbolo que caracterizava prisioneiros LGBT'S nos campos de concentração, estampada no uniforme acima do número de identificação do detento, na parte esquerda do peito. Dessa forma, como uma estratégia de lembrar a perseguição ocorrida durante o nazismo, e de ressignificar o símbolo, o triângulo rosa foi durante o século XX um dos importantes emblemas da luta por direitos a população LGBTQIA³².

No Brasil, manifestações como a da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorridas na primeira metade de 1964, apontam a direção de insatisfações que ganharam força no período. Em um contexto marcado por um sucessivo processo de modernização e urbanização que vinha sendo implantado desde a década de 1930, vê nesse espaço de tempo mudanças sociais, culturais e políticas que desestabilizam tradicionais relações de poder brasileiras, construindo espaço para a ascensão de um discurso conservador (QUINALHA,2017, p.26).

Sob as bandeiras de luta pela “família”, defesa dos “bons costumes”, combate a corrupção e o comunismo, e a valorização dos preceitos cristãos como norteadores da

³¹ De acordo com o parágrafo 175 do código penal implantado em 1871 no Império Alemão (Segundo Reich) é considerado crime “luxúria contra o que é natural, realizadas entre pessoas do sexo masculino ou entre o homem e o animal, é passível de prisão; pode também acarretar a perda de direitos civis”. Embora o artigo penal seja do final do século XIX sua utilização de forma mais rígida, no sentido da vigilância e das aplicações das penas judiciais previstas, ocorre com a ascensão do Partido Nazista ao poder (SCHWAB, 2012).

³² Disponível em: <<https://bit.ly/3buUFzs>>. Acesso em: 24 de jul 2021.

Pátria. Com a anuência de setores da sociedade civil (ex: parte da imprensa) as Forças Armadas “atendem ao chamado das ruas” e destituem João Goulart da presidência.

A política sexual adotada pelos militares que governaram o Brasil entre 1964-1985 caracteriza-se como uma continuidade dos apelos moralistas que os colocaram no poder. Documentos militares, referentes ao período ditatorial, “afirmavam que a homossexualidade era uma estratégia de sedução para o comunismo que precisava ser combatida” (SILVA, 2019, p.27), caracterizando uma política de estado contra esta população, que em conjunto com travestis e prostitutas, encaravam prisões arbitrárias, torturas e a marginalização em bairros periféricos (QUINALHA, 2017, p.313).

Alinhamos nossa análise sobre a atuação política de Damares Alves com o pensamento de Mendonça e Moura (2021), os autores comentam que posicionar mulheres como a ministra "implica em removermos a ideia de gênero e/ou das propostas e programas do governo nesta área como sendo “cortina de fumaça”. As autoras complementam que existe uma:

Agenda como espinha dorsal do processo de desdemocratização em curso, onde lideranças femininas são estratégicas na efetivação da agenda conservadora. A participação destas mulheres é fundamental seja assumindo publicamente o discurso antigênero, seja no trabalho de base das igrejas e mais recentemente através de uma atuação mais orquestrada no parlamento brasileiro. (MENDONÇA; MOURA, 2021)

Isto posto, buscamos através dessa pesquisa analisar e refletir como a representação feminina em espaços públicos, que ainda é uma das pautas levantadas e debatidas entre as feministas se torna vazia quando se possui uma representante como Damares que utiliza de “uma narrativa contra a violência, esquerda política, “doutrinação ideológica” e focando nas pautas familiares como base de sua política”(MARTINS; SANTOS; DINIZ, 2020), isto é, demonstra como "a representação do atual governo se realiza pelo discurso extremamente conservador, patriarcal e cristão"(MARTINS; SANTOS; DINIZ, 2020).

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. **A igreja Universal e seus demônios**. 1. ed.—São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos Avançados*. 18 (52), 2004.

BOITO JR, Armando. *Crítica Marxista*, n.50, p.111-119, 2020.

BUARQUE, de Almeida. H. **Gênero**. 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/genero//>. Acesso em: 17 ago, 2021.

CAMARGO, Bruna Quinsan; ROSADO, Raisa Cortez. **Revista Movimentação**, Dourados, MS, V.7, nº.12, jan./jun. 2020 - ISSN 2358-9205

CUNHA, Magali do Nascimento. **A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil**.- Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Mysterium, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero**. **Psicologia Política**. vol. 18. nº 43. pp. 449-502 set. – dez. 2018

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. Por que os evangélicos não mudaram o Brasil? Análise histórica da atuação evangélica no Congresso Nacional (1982-2006). In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**. 2015, Florianópolis.

LOURO, G. **Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em: 15 ago, 2021.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, p. 238-258, maio-ago. 2011.

MARTINS, M; SANTOS, P; DINIZ, F. De fabricas de calcinha a salas rosas: a politica da violência contra a mulher da ministra Damares Alves. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, Volume 4, Edição Especial, março de 2020. **Anais do II Encontro Norte Mineiro de Serviço Social**. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>. Acesso em: 13 ago, 2021.

MIGUEL, F. Gênero e representação política. In: MIGUEL, F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**. São Paulo, Boitempo, 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PATTERNOTE, D; KUHAR, R. "Ideologia de gênero" em movimento. **Psicologia Política**. vol. 18. nº 43. pp. 503-523. set. – dez. 2018

PINHEIRO, Douglas. Autoritarismo e homofobia: a repressão aos homossexuais nos regimes ditatoriais cubano e brasileiro. **Cadernos Pagu** (52), 2018.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. 329 f. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Instituto de Relações Internacionais.

RUBIN, G. **Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. 1984**. Disponível em: <https://museo-etnografico.com/pdf/puntodefuga/150121gaylerubin.pdf>.

SCHWAB, Jean Lue. **Triângulo rosa: um homossexual no campo de concentração nazista**. 2 ed. Revista e ampliada—São Paulo: Mescla, 2012.

SILVA, Luana Márley de Oliveira e. **Os estudos feministas sobre “ideologia de gênero” no Brasil: Uma análise das produções científicas.** 2019. 119 f. (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania.

VILLELA, T. M. (2018). **A exposição “Artistas da URSS dos últimos 15 anos” e o combate aos ‘formalistas’.** ARS (São Paulo), 16(33), 125-145.